



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0020766-11.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**  
 Requerido: **Marcelo Carlos Fazzani e outro**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**Vistos.**

**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ajuizou a presente **AÇÃO DE REGRESSO DE RESSARCIMENTOS DE DANOS** em face de **MARCELO CARLOS FAZZANI e ROSANGELA APARECIDA PEREIRA FAZZANI**, todos devidamente qualificados.

Aduziu, em suma: 1) que mantinha com Jaqueline Provasi seguro cobrindo danos do veículo CHEVROLET CORSA SEDAN CLASSI – placa DGI 2536; 2) que o veículo segurado envolveu-se em acidente de trânsito em 30/04/2012, ocasionado pelo correquerido Marcelo, então na condução do veículo Ford Fiesta, placa DUK 1586, pertencente à correquerida Rosangela; vinha ele pela contramão da pista de rolagem da Rodovia Washington Luis, Km 261, quando colidiu com o veículo Corsa Sedan no sentido regular de marcha. Ingressou com a presente ação pleiteando o ressarcimento da quantia gasta para reparar o veículo segurado, no valor de R\$ 13.525,00.

A inicial veio instruída com os documentos.

A audiência de conciliação restou infrutífera. Na oportunidade, os requeridos apresentaram defesa (fls. 48/60) alegando preliminar de ilegitimidade passiva da correquerida Rosangêla, pois embora seja a proprietária do veículo, o correquerido Marcelo dele se apoderou sem sua

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

autorização. No mérito, confessaram que o correquerido Marcelo colidiu com o veículo dirigido por Jaqueline; que por fazer uso de medicamentos controlados Marcelo não percebeu que estava na contramão de direção; tal situação foi causada pela deficiência da sinalização no local e tanto isso é verdade que no mesmo dia outro motorista também invadiu a pista de direção e acabou se chocando com outro inanimado. Por conta da má sinalização denunciou à lide a concessionária Triângulo do Sol. Pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 87/91.

A fls. 92 foram afastadas a preliminar e a denunciação da lide. Não houve recurso contra tal decisão.

As partes foram instadas a produzir provas e requereram oitiva de testemunhas.

A fls. 101 e ss os requeridos peticionaram juntando documentos.

A petição de fls. 123 foi recebida como desistência da prova oral por parte dos requeridos.

Deprecada a oitiva da testemunha da autora, o termo foi juntado às fls. 149/150.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 160/161 e 163/169.

**É o relatório.**

**DECIDO.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

Diante dos elementos de prova constantes nos autos é possível verificar que o acidente ocorreu por **culpa exclusiva do demandado Marcelo.**

Conduzia o veículo FORD FIESTA, placa DUK 1586, pela Rodovia Washington Luis, em plena contramão de direção da pista (sentido Araraquara-Ibaté) quando colidiu frontalmente com o veículo CHEVROLET CORSA SEDAN, placa DGI 2536, que vinha pela mão correta de direção (sentido Ibaté-Araraquara).

A seguradora/autora pagou o conserto deste último inanimado e, assim, tem legítimo interesse na súplica deduzida.

O aludido corréu confessou a culpa no Boletim de Ocorrência, trazido a fls. 16 e ss.

Outrossim, as “teses” pretensamente elidentes descritas na defesa, não prosperam.

Eventual má sinalização da pista, administrada pela concessionária de rodovias Triângulo do Sol - não provada, saliento – **não foi a causa determinante** do evento e, portanto, é circunstância irrelevante para o desate da controvérsia. O que interessa é que o copostulado trafegava pela contramão da Rodovia, de trânsito intenso e com esse atabalhoador agir pegou se surpresa dois outros veículos, um deles coberto pelo seguro contratado com a autora.

Nesse sentido a Lição de Sérgio Cavalieri Filho:

Os nossos melhores autores, a começar por Aguiar Dias, sustentam que, enquanto a teoria da


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

equivalência das condições predomina na esfera penal, a da causalidade adequada é a prevalecente na órbita civil. Logo, em sede de responsabilidade civil, nem todas as condições que concorrem para o resultado são equivalentes (como no caso da responsabilidade penal), mas somente aquela que foi a mais adequada a produzir concretamente o resultado. Além de se indagar se uma determinada condição concorreu concretamente para o evento, é ainda preciso apurar se, em abstrato, ela era adequada a produzir aquele efeito. Entre duas ou mais circunstâncias que concretamente concorreram para a produção do resultado, causa adequada será aquela que teve interferência decisiva" – Programa de Responsabilidade Civil, 7 ed., Editora Atlas – com destaques.

No mesmo sentido:

Apelação Cível n. 0004365-45.2011.8.26.0024 – Apelante: BENEVIDES ANTONIO DOS SANTOS – Apelado: MARÍTIMA SEGUROS S/A – Comarca: ANDRADINA (2ª Vara Judicial) – Magistrado: Paulo Alexandre Rodrigues Coutinho – Voto n. 25264 – Ementa: CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – VEÍCULO QUE INICIA O CRUZAMENTO DE RODOVIA DE MODO A INTERCEPTAR A TRAJETÓRIA DO TRÂNSITO PREFERENCIAL – AUSÊNCIA DE PROVA EFETIVA DE QUE O EXCESSO DE VELOCIDADE PUDESSE SER CAUSA OU CONCAUSA DO ACIDENTE – TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA – RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA A QUEM, IMPRUDENTEMENTE, DESRESPEITA A REGRA DE PREFERÊNCIA PREVISTA NA LEI DE TRÂNSITO. 1) Ausente prova idônea corroborando a versão de excesso como causa adequada do sinistro, prevale a culpa daquele que não observa as regras de preferência estabelecidas na lei de trânsito, no caso, o desrespeito à preferência dos veículos que trafegam em rodovia com velocidade regulamentar elevada. 2) Reucrsu improvido



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

E ainda:

**APELAÇÃO – AÇÃO INDENIZATÓRIA – ACIDENTE DE TRÂNSITO – Ausência de cerceamento de defesa – Prova pericial desnecessária à luz dos demais elementos probatórios – Culpa do réu, que não observou as regras de trânsito ao não respeitar a parada obrigatória e a via preferencial em que transitava o autor – Eventual excesso de velocidade do autor não alteraria o resultado do julgamento, em atenção à teoria da causalidade adequada – Danos materiais bem demonstrados pelos orçamentos acostados aos autos – Negado provimento – Apelação Civil n. 000182-74.2008.8.26.0464 – Comarca de Pompéia – Apelante: Marcelo Ferreira de Oliveira – Apelado: Helio da Silva – Voto n. 7701**

Como se tal não bastasse, Marcelo exalava odor alcoólico, teve medidos 0,84 de álcool em seu sangue e admitiu ser portador de Síndrome de Dependência de Álcool (CID 10 F10.2).

\*\*\*\*\*

É também necessário reconhecer a responsabilidade de Rosangela no contexto dos fatos, enquanto dona do veículo Ford Fiesta.

Aludida senhora é esposa de Marcelo e com ele vivia.

Tudo indica que permitia o livre acesso do esposo ao veículo. Outrossim, não produziu, como lhe cabia, qualquer prova revelando ter ocorrido um evento isolado de apropriação indevida. Assim, como dona da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h**  
**Público << Campo excluído do banco de dados >>**

coisa inanimada, por analogia aplica-se a regra insculpida no art. 932, do CPC.

Nesse sentido a lição de Carlos Roberto Gonçalves, citando Arnaldo Rizzardo (*in* Responsabilidade Civil – 10ª ed. – Ed. Saraiva – 2007, pg. 952/953):

A conclusão é que os princípios reguladores da responsabilidade pelo fato de outrem são os mesmos que regem a responsabilidade indireta, sem culpa, do comitente, do patrão, do pai em relação aos filhos menores, com fundamento no risco.

Mais adiante, citando Aguiar Dias, o nobre doutrinador ainda esclarece:

É iniludível a responsabilidade do dono do veículo que, por seu descuido, permitiu que o carro fosse usado por terceiro. Ainda, porém, que o uso se faça a sua revelia, desde que se trate de pessoa a quem ele permitia o acesso ao carro ou ao local em que o guarda, deve o proprietário responder pelos danos resultantes.

No mesmo diapasão vem decidindo o Tribunal de Justiça de São Paulo:

(...) Responsabilidade civil pelo fato da coisa: o proprietário do veículo responde objetiva e solidariamente com o condutor pelos danos causados a terceiro – precedentes (...) – Apelação 0003746-86.2007.8.26.0370, DJ 20/03/2015, Rel. Des. Maria Lúcia Pizzoti.

\*\*\*\*

Impõe-se, destarte, o acolhimento do reclamo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

A autora busca o que já desembolsou para reparação dos danos suportados pelo veículo segurado; trouxe com a inicial a nota (fls. 34) discriminando o dispêndio e tal nota não foi impugnada especificamente na defesa; assim, o montante prevalecerá para fins de definição da condenação.

Ante o exposto e pelo que mais dos autos consta **CONDENO os requeridos, MARCELO CARLOS FAZZANI e ROSANGELA APARECIDA PEREIRA FAZZANI, a PAGAR à autora, PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, a importância de R\$ 13.525,00 (treze mil quinhentos e vinte e cinco reais), corrigida a partir de 11/09/2012 (fls. 34), mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.**

O requerido arcará também com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 17 de abril de 2015.

**MILTON COUTINHO GORDO**

**Juiz de Direito**





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

São Carlos, 17 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**